

SUMÁRIO

ADVERTÊNCIAS INICIAIS.....	19
----------------------------	----

Parte I RECONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA PROCESSUAL

 Capítulo 1 INTRODUÇÃO A UMA METODOLOGIA HISTORIOGRÁFICA ADEQUADA PARA A HISTÓRIA DO DIREITO E PARA A HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL: A PROPOSTA DE “HISTÓRICA” DE KOSELLECK E SUA HISTÓRIA DOS CONCEITOS JURÍDICO-POLÍTICOS	39
--	-----------

1.1. A “histórica” de Koselleck como metateoria para a história do direito	39
1.2. O sentido de uma “história dos conceitos” para os conceitos jurídicos	52

 Capítulo 2 DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA HISTÓRIA: DA AUTOTUTELA À JURISDIÇÃO E DA JURISDIÇÃO AO PROCESSO	61
---	-----------

2.1. Da autotutela à jurisdição	61
2.2. Da Grécia antiga aos nossos dias.....	65
2.2.1. A reconstrução tradicional da História do Processo	66
2.2.2. Da fase primitiva até o processo romano	66
2.2.3. A fase judicialista.....	72
2.2.4. A fase dos práticos.....	73
2.2.5. A fase procedimentalista	74
2.2.6. Do processualismo científico germânico.....	75
2.2.7. Do processualismo científico italiano.....	76
2.3. A ressonância dos paradigmas estatais: uma nova proposta de sistematização histórica do processo	77

 2.3.1. Liberalismo processual	78
---	----

 2.3.2. Socialização processual	80
2.3.2.1. O argumento de Menger: o juiz que defende o hipossuficiente.....	81
2.3.2.2. O argumento de Klein: o processo como instituição de bem-estar social	82
2.3.2.3. A recepção das ideias de Menger e Klein pelo modelo processual de bem-estar social no Brasil	86

2.3.3.	O argumento de Bülow – da relação jurídico-processual (<i>prozessrechtsverhältnis</i>) e da aplicação jurídica solitária e sensível pelo julgador.....	87
2.3.4.	O acesso à Justiça e a instrumentalidade de Dinamarco.....	92
 2.3.5.	O neoliberalismo processual – Das tendências do Estado brasileiro a partir da década de 1990.....	94
2.3.5.1.	Da implementação do neoliberalismo no Brasil.....	96
2.3.5.2.	Uma advertência necessária – o neoliberalismo processual como pano de fundo das tendências de eficiência no campo processual – atenção no emprego da tecnologia.....	102
2.3.6.	Democratização processual	108

**Capítulo 3****ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA NO PROCESSO CIVIL. TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO – POR UMA VIRADA TECNOLÓGICA NO DIREITO PROCESSUAL.....****113**

3.1.	Para Começar a Discussão: Breves Apontamentos Sobre a Inteligência Artificial (IA) ...	113
 3.2.	Virada tecnológica no Direito Processual	124
3.3.	Etapas e Mudanças	129
3.3.1.	Da Digitalização – em busca de uma abordagem <i>data-driven</i>	129
3.3.2.	Da automação e transformação	134
3.4.	Tecnologias na Advocacia e nos Tribunais.....	141
 3.5.	Alguns apontamentos sobre os vieses dos modelos algorítmicos	151
3.6.	Alguns dilemas para o acesso à justiça – Assimetria informacional	159
3.7.	Alucinações de IA e alfabetização sobre o uso de Inteligência artificial no Direito.....	162
 3.8.	Alguns impactos transformadores da tecnologia – ODR.....	167
 3.9.	Tribunais <i>on-line</i> , <i>e-acesso</i> à justiça democrático, arquiteturas de escolhas e <i>e-nudgings</i> : avaliando possíveis paradoxos decorrentes de pautas não distributivas – em busca da democratização processual,	180
 3.10.	Como diretrizes éticas podem ajudar?	189
3.11.	A título de outras provocações.....	191
 3.12.	Direitos Fundamentais Relativos ao Processo na Era do “Big Data” e Inteligência Artificial	194
3.12.1.	Direitos fundamentais estão em constante mudança.....	195
3.12.2.	“Big Data” e Inteligência Artificial.....	196
3.12.3.	Novos Direitos Fundamentais do Processo em Tempos de “Big Data” e Inteligência Artificial.....	196

Parte II

TEORIAS DA JURISDIÇÃO

Capítulo 1**A ATIVIDADE JURISDICIONAL.....****203**

1.1.	Conceito e concepções de jurisdição.....	203
1.2.	Escopos (finalidades) da jurisdição.....	206

1.3. Requisitos técnico-jurídicos da jurisdição	208
1.4. Características da jurisdição	213

Capítulo 2

DAS MODALIDADES DE JURISDIÇÃO 215

2.1. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	215
2.2. Jurisdição civil e penal.....	216
2.3. Jurisdição especial e comum	217
2.4. Jurisdição ordinária e extraordinária	217
2.5. Jurisdição individual, coletiva e massificada	218

Capítulo 3

JURISDIÇÃO ESTATAL E NÃO ESTATAL 227

3.1. Introdução	227
3.2. Mediação e conciliação.....	228
3.2.1. Conciliação.....	232
3.2.2. Mediação.....	233
3.3. Arbitragem	235
3.4. Meios alternativos ou sistema multiportas?	236

Capítulo 4

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E A REDE NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA 243

4.1. A conexão entre a revisão da concepção de “acesso à Justiça” e a necessidade de cooperação judiciária	243
4.2. O projeto europeu de cooperação judiciária	244
4.3. O tratamento do tema da cooperação judiciária no Direito Processual brasileiro	246
4.3.1. A cooperação jurídica internacional no CPC/2015: auxílio direto e carta rogatória	246
4.3.2. A cooperação judicial entre juízos no Brasil	254

Capítulo 5

LIMITES DA JURISDIÇÃO..... 257

Capítulo 6

FUNÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO..... 261

6.1. O problema do ativismo e da judicialização da política e das relações sociais.....	261
6.2. Os problemas de “eficiência” e da judicialização	269

Parte III

TEORIAS DA AÇÃO

Capítulo 1

CONCEITO PLURAL DE AÇÃO PARA A CIÊNCIA DO PROCESSO..... 275

	Capítulo 2	
	O DESENVOLVIMENTO DAS TEORIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AÇÃO	277
	2.1. As teorias de matriz civilista ou teorias imanentistas.....	277
	2.2. A autonomia do direito de ação: o debate entre abstração e concretude	278
	2.3. A teoria eclética de Liebman.....	282
	2.3.1. Pressupostos teóricos.....	282
	2.3.2. Teoria da asserção ou prospecção – Interpretação diferenciada das condições da ação de modo a subsidiar maior aproveitamento processual – Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	285
	2.4. Teoria constitucional da ação	287
	2.5. A teoria da ação no CPC/2015.....	288
	2.6. A (in)constitucionalidade duvidosa do IRDR n. 91 do TJMG e a criação de um pressuposto de desenvolvimento do processo sem amparo legislativo	291
	2.7. Classificação das ações segundo a doutrina tradicional	293

Parte IV TEORIAS DO PROCESSO

	Capítulo 1	
	TEORIAS DO PROCESSO	299
	1.1. Teorias do processo e do procedimento (“natureza jurídica”)	299
	1.2. A teoria do processo como relação jurídica.....	303
	1.3. O processo como espécie de procedimento realizado em contraditório	307
	Capítulo 2	
	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	311
	2.1. O “processo constitucional”	311
	2.2. Constitucionalização do processo.....	313
	2.3. Interpretação a partir do modelo constitucional de processo.....	315
	2.4. Por um processualismo constitucional democrático	316
	2.5. Da necessidade de uma visão garantística de processo: a defesa da participação e do policentrismo – por uma teoria normativa da participação no processo democrático.....	319
	Capítulo 3	
	O QUE SÃO PRINCÍPIOS NA CONTEMPORANEIDADE? A DIMENSÃO NORMATIVO-PRINCÍPIOLÓGICA ESTRUTURADA PELO CPC/2015.....	325
	3.1. Adoção e importância dos princípios nos julgamentos no Brasil	325
	3.1.1. O começo da trajetória: do jusnaturalismo a Kelsen	326
	3.1.2. A aquisição de força normativa pelos princípios jurídicos.....	328
	3.2. Uma primeira proposta teórica: os princípios como valores e o método da proporcionalidade de Alexy	334

3.3.	Uma segunda proposta teórica: a tese da integridade do direito e a busca por uma resposta correta na aplicação dos princípios jurídicos com Dworkin.....	337
3.4.	Os perigos do panprincipiologismo	344
3.5.	Convivência entre os princípios e as regras	347

Capítulo 4

REGRAS E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS (FUNDAMENTAIS) – MODALIDADES..... 351

4.1.	Devido processo legal ou devido processo constitucional (art. 5º, inc. LIV, CR/88).....	351
4.1.1.	Conteúdo normativo.....	351
4.1.2.	Dupla eficácia do devido processo legal: vertical e horizontal.....	357
4.1.2.1.	Eficácia vertical do devido processo legal.....	357
4.1.2.2.	Eficácia horizontal do devido processo legal.....	357
4.1.3.	Dupla dimensão de devido processo legal: formal e substancial (proporcionalidade).....	358
4.2.	Princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa (art. 5º, inc. LV, CR/88 e arts. 6º, 9º e 10, CPC/2015) – mudança paradigmática na aplicação do direito – fundamentos do sistema participativo/cooperativo de processo.....	359
4.2.1.	Inspiração técnica do modelo de participação/cooperativo adotado pelo CPC/2015 – deveres decorrentes da cooperação.....	368
4.2.2.	Contraditório dinâmico: garantia de influência e não surpresa.....	375
4.2.3.	Contraditório, divisão de papéis e as propensões cognitivas – motivação de um sistema normativo participativo em ambientes não cooperativos	376
4.2.4.	O contraditório, os direitos e os deveres dele provenientes	381
4.2.5.	Leituras do conteúdo do princípio e sujeitos do contraditório: do contraditório como bilateralidade da audiência, como simétrica paridade de armas e como garantia de influência	382
4.2.6.	O contraditório como garantia de aproveitamento da atividade processual ...	390
4.2.7.	Ainda sobre as decisões de surpresa – das matérias de conhecimento oficioso	392
4.2.8.	Contraditório e precedentes	399
4.2.8.1.	Precedentes e Coerência	399
4.2.8.2.	Juizes como participantes do contraditório e precedentes	407
4.3.	Princípio da ampla defesa (art. 5º, inc. LV, CR/88)	408
4.4.	Direito constitucional à prova (art. 5º, inc. LV e LVI, CR/88)	410
4.5.	Inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, inc. XXXV, CR/88)	412
4.5.1.	O movimento pelo acesso à Justiça e algumas ressonâncias no Brasil.....	413
4.5.2.	O acesso à Justiça no CPC/2015.....	415
4.5.2.1.	Alguns dilemas do acesso à Justiça	415
4.5.2.2.	Acesso à Justiça e modelo multiportas no CPC: meios integrados de solução dos conflitos – aprimoramento da conciliação e mediação	417
4.5.2.3.	Reflexões sobre o “acesso à Justiça” qualitativo no CPC/2015	433

4.5.2.3.1. Um breve histórico do movimento do “acesso à Justiça” quantitativo.....	435
4.5.2.3.2. O “acesso à Justiça” qualitativo como (re)leitura do paradigma democrático.....	440
4.5.2.4. O acesso à jurisdição qualitativo no regime do CPC/2015.....	442
 4.6. Fundamentação racional das decisões (art. 93, Inc. IX, CR/88 e art. 489, CPC/2015): a vinculação com o contraditório como garantia de legitimidade democrática.....	449
4.6.1. O dever de fundamentação, o problema do solipsismo decisório do magistrado e sua incompatibilidade com a ordem democrática.....	466
4.6.2. Por que fundamentação e motivação não são sinônimos? Ou a importância da hermenêutica para a construção da decisão.....	469
 4.7. Publicidade (art. 5º, inc. LX, art. 93, Inc. IX, CR/88 e art. 189, CPC/2015)	479
4.8. Duplo grau de jurisdição?	480
4.9. Princípio da celeridade: da duração razoável do processo (art. 5º, inc. LXXVIII, CR/88)	482
4.10. Duração razoável do processo: reflexos do novo formalismo.....	484
4.10.1. Da solução integral do mérito, modelo multiportas e tecnologia.....	484
4.10.2. Breve digressão sobre tecnologia e processo	489
4.11. O princípio da boa-fé objetiva e sua aproximação do direito processual no art. 5º do CPC/2015.....	494
4.11.1. Negócios jurídicos processuais e fase preparatória: algumas aplicações.....	500
4.11.2. Modulação dos efeitos dos precedentes e boa-fé objetiva processual.....	508
 4.12. Princípio do juízo natural (art. 5º, incs. XXXVII e LIII, CR/88).....	510
4.13. Princípios técnicos do procedimento (informativos).....	511
4.13.1. Princípio dispositivo (princípio da iniciativa da parte, da inércia da jurisdição, <i>ne procedat iudex ex officio</i>).....	511
 4.13.2. Princípio da congruência (adstrição, correspondência, correlação).....	513
 4.13.3. Princípio da oralidade.....	514
4.13.4. Princípio da imediatidade (imedição)	515
4.13.5. Princípio da identidade física do juiz.....	515
4.13.6. Princípio da concentração.....	517
4.13.7. Princípio da cooperação intersubjetiva.....	518
 4.14. Princípio da preclusão.....	520
4.14.1. A preclusão sob o aspecto subjetivo e objetivo – doutrina clássica.....	520
4.14.2. Da legitimidade da preclusão.....	523
4.14.3. Do sistema de preclusão.....	524
4.14.4. Do princípio da eventualidade	525
 Capítulo 5	
NORMA PROCESSUAL: TEMPO E ESPAÇO	527
5.1. Introdução	527
5.2. A aplicação da lei processual no tempo aos recursos e a tese sobre o direito processual adquirido.....	531

**Capítulo 6**

GERENCIAMENTO DO PROCESSO: EM BUSCA DA DESCENTRALIZAÇÃO – DO CASE MANEJEMENT À RECEPÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	535
6.1. Considerações iniciais.....	535
6.2. Os negócios jurídicos processuais no direito estrangeiro.....	546
6.3. A proposta brasileira de tratamentos dos negócios jurídicos processuais no CPC/2015.....	552

Parte V
TEORIA DO PROCEDIMENTO

Capítulo 1

DIVERSAS MODALIDADES DE PROCEDIMENTO: COGNIÇÃO, EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO – SATISFAÇÃO), PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E TUTELAS PROVISÓRIAS.....	569
1.1. Cognição como atividade e procedimento – considerações iniciais.....	569
1.2. Entendimento inicial dos procedimentos de conhecimento.....	571
1.3. Procedimento comum, procedimento sumaríssimo e procedimentos especiais.....	573
1.3.1. Considerações iniciais	573
1.3.2. Escolha do procedimento cabível	575
1.4. Formação do procedimento.....	576
1.5. Suspensão do procedimento.....	577
1.6. Resolução do procedimento (julgamento ou não do mérito)	580

Capítulo 2

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	583
---------------------------------------	------------

Capítulo 3

UM ESBOÇO PARA UMA TEORIA DAS NULIDADES	587
3.1. Classificação das nulidades processuais a partir de um olhar da dogmática tradicional	589
3.2. Nulidade do processo e nulidade de atos processuais.....	592
3.3. Teoria das nulidades no paradigma constitucional de processo	592

Capítulo 4

REFLEXÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DA PROVA	595
4.1. Introdução.....	595
4.2. Valoração das provas.....	597
4.3. Destinatários das provas.....	600
4.4. Princípios constitutivos da técnica probatória.....	604
4.4.1. Do princípio da relevância ou pertinência probatória	604
4.4.2. Princípio da atipicidade ou da não taxatividade dos meios de prova	605
4.4.3. O ônus de prova	605
4.4.3.1. Convenção sobre o ônus da prova.....	609
4.4.3.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova	610

4.4.4.	Princípio da aquisição processual ou da comunidade das provas	610
4.4.5.	Vedação do uso de prova ilícita	611
4.5.	O emprego da tecnologia <i>blockchain</i> para preservação das provas eletrônicas.	614



Capítulo 5

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A FIGURA DOS RECURSOS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, PRINCÍPIOS E EFEITOS

617

5.1.	Considerações iniciais.....	617
5.2.	Dos princípios constitutivos do sistema recursal	621
5.2.1.	Princípio da taxatividade	621
5.2.2.	Princípio da voluntariedade.....	623
5.2.3.	Princípio da lesividade do provimento	626
5.2.4.	Princípio da consumação	627
5.2.5.	Princípio da complementaridade	629
5.2.6.	Princípio da singularidade.....	630
5.2.6.1.	Breve análise dos provimentos judiciais.....	630
5.2.6.2.	Conteúdo do princípio	632
5.2.7.	Princípio da fungibilidade.....	633
5.2.7.1.	Requisitos legais da fungibilidade no CPC/1939.....	634
5.2.7.2.	Requisitos da fungibilidade no CPC-1973	635
5.2.7.3.	O princípio da fungibilidade no CPC-2015	638
5.2.8.	Princípio da irrecorribilidade em separado de algumas decisões interlocutórias	639
5.2.9.	Princípio das decisões juridicamente relevantes.....	641
5.2.10.	Princípio da dialogicidade (dialeiticidade).....	642
5.2.10.1.	O ônus da dialeticidade.....	643
5.2.11.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	647
5.3.	Definição técnica do recurso	650
5.4.	Efeitos dos recursos	650



Capítulo 6

CONTRIBUIÇÕES PARA TEORIA GERAL DA TUTELA EXECUTIVA.....

655

6.1.	Introdução	655
6.2.	Diretrizes processuais na execução	657



Capítulo 7

REFLEXÕES PARA TEORIA GERAL DAS TUTELAS PROVISÓRIAS

663

7.1.	Tutelas diferenciadas: conceito – dupla acepção.....	665
7.2.	As técnicas processuais da cognição plena e da cognição sumária	667
7.3.	A tutela provisória no novo CPC: breve análise.....	670

Capítulo 8**CONVERGÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS DE *CIVIL LAW* E *COMMON LAW* 685**

- 8.1. Convergência de sistemas – O Brasil entre o *civil law* e o *common law* na aplicação do Direito 685
 - 8.1.1. Considerações iniciais 685
 - 8.1.2. Diversidade de litigiosidades: a tendência de padronização decisória 688
 - 8.1.3. Uma nova escola da exegese? 694
 - 8.1.4. Ausência da percepção de convergência de sistemas jurídicos: o Brasil entre o *civil law* e o *common law*. 701

Capítulo 9**TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS 707**

- 9.1. Litigiosidade repetitiva 707
- 9.2. Parametricidade e problemas do uso do Direito jurisprudencial no Brasil 714
-  9.3. O sistema de precedentes no CPC-2015 722
- 9.4. Uso do direito jurisprudencial no CPC-2015 como base decisória 734
 - 9.4.1. Do julgamento liminar 734
 - 9.4.2. Do aumento das hipóteses de exequibilidade imediata das sentenças 735
- 9.5. Da repercussão geral, da relevância e os recursos excepcionais repetitivos no CPC-2015 739
-  9.6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 748

Capítulo 10**PROCESSO ELETRÔNICO 763****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 773**